

LIBERALAMAZON

FLORESTA

AMAZÔNIA!

DESMATAMENTO
EM 2021 JÁ É O
PIOR DA DÉCADA

EM CHAMAS - Avanço sobre áreas verdes tem piores índices em dez anos, e Pará está no topo do ranking dos estados que mais desmatam: floresta teve 638 km² destruídos só em agosto

CAIO OLIVERIA
DA REDAÇÃO

Em 31 de outubro, na Escócia, ocorrerá mais uma conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas de 2021, a chamada COP26. O evento é um encontro anual para monitorar e revisar a implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, tratado assinado por 197 países, com o objetivo de reduzir o impacto da atividade humana no clima. Um mês antes do evento global, que será determinante para os rumos do planeta, a Amazônia apresenta números pouco otimistas. O desmatamento na região alcançou seus piores números em dez anos. Segundo dados divulgados em setembro, 1.606 km² de floresta foram destruídos apenas em agosto: é como se uma área verde equivalente a muito mais de um terço do território de Cabo Verde, ou o da Polinésia Francesa, fossem devastados em apenas um único mês. Ou ainda, que uma porção de floresta similar às terras de todo o departamento francês da Martinica, ou da República de São Tomé e Príncipe inteira, viessem abaixo em apenas 30 dias.

Mais de 7 mil km² de mata foram desmatados desde janeiro deste ano. Em 2012, foram 714 km² de área destruída.

De acordo com o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o acumulado desde janeiro de 2021 também ficou como o pior dos últimos dez anos, com 7.715 km² de floresta destruídos. Em 2012, foram 714 km² de floresta desmatada, segundo o Imazon. Agosto foi o quinto mês deste ano em que o desmatamento atingiu o pior cenário desde 2012.

Nesse contexto, o Pará segue desde maio no topo do ranking dos estados que mais desmataram na Amazônia, e teve 638 km² destruídos apenas em agosto: essa área representa 40% de toda a devastação na Amazônia Legal, e é como se metade da cidade do Rio de Janeiro tivesse sido desmatada em um único mês.

Para Larissa Amorim, engenheira florestal e pesquisadora do Imazon, não apenas o volume de devastação assusta, mas também, as áreas onde ele vem crescendo revelam uma verdade que preocupa. “O desmatamento, como um todo, é um problema crônico em toda Amazônia Legal. Porém, o Estado do Pará vem se destacando cada vez mais. Um ponto preocupante, além de agosto de 2021 ter sido o pior dos 10 últimos anos, é o fato de que esse desmatamento está avançando também nas áreas protegidas do Estado”, comenta Larissa. “Tudo isso torna esse desmatamento mais agravante ainda, pois estamos falando de territórios protegidos, destinados à conservação”, adverte Larissa.

A pesquisadora do instituto explica que a maioria dos índices computados no último levantamento colocam o Pará como o Estado mais crítico da Amazônia Legal, área que corresponde a cerca de 58,9% do território brasileiro. “Considerando nossos dados de agosto, cinco dos municípios que mais desmataram estão localizados no Pará. E também, a maioria das unidades de conservação [com maior desmatamento] também estão localizadas no Pará - seis das dez. E cinco das dez terras indígenas que mais desmataram estão no Pará”, enumera Larissa.

Altamira é o quarto no ranking geral do desmatamento em agosto na Amazônia, e o primeiro lugar no Pará, com 66 km² de floresta destruída na área do município naquele mês. Em seguida, vem São Félix do Xingu e Pacajá, ambos com 50 km² devastados, além de Itaituba (47 km²) e Portel (41 km²). Todas essas cidades estão em uma lista elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) que seleciona os municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no Bioma Amazônia.

“Essa lista é recorrentemente atualizada e divulgada. Um dado interessante também é que, considerando todos esses municípios da lista [52 atualmente], 37% estão localizados no Pará. Então, deveria estar tendo um controle mais efetivo, mas, infelizmente, alguns desses municípios estão recorrentemente aparecendo no nosso ranking”, alerta Larissa Amorim, que espera que os dados colhidos por meio de tecnologia e pesquisa possam ser usados para mudar esses números que assolam nosso Estado. “É necessário implementar novas políticas públicas que complementem as que já existem e garantam a conservação desses territórios, e principalmente, aumentar a fiscalização nessas áreas, e também não só fiscalizar, mas sim punir os responsáveis, embargar essas áreas. Infelizmente, isso não vem acontecendo da forma que a gente precisa”, lamenta.



FOREST

Amazon: Deforestation level in 2021 reaches decade high

ONFIRE - Devastation of green areas shows the worst rates in ten years. Among the most destructive states, Pará sits at the top ranking: 638 km² of torn down forest in August alone.

CAIO OLIVEIRA
TRANSLATED BY SILVIA
BENCHIMOL AND EWERTON
BRANCO

On October 31, 2021 in Scotland, another United Nations Climate Change Conference, the so-called COP26 will take place. The annual meeting aims at monitoring and reviewing the implementation of the United Nations Framework Convention on Climate Change, signed by 197 countries, with the purpose of reducing the impact of human activity on the world climate. A month before the start of the global event, which will determine the guidances for the planet, the Amazon region presents gloomy numbers. Deforestation in the region reached its worst level in ten years. According to data released in September, 1,606 km² of forest areas were destroyed in August alone. Comparatively, it is as if a green area equivalent to much more than a third of the territory of Cape Verde or that of the French Polynesia had been devastated in just one month. It is the same to say that a patch of forest equivalent to the lands of the entire French territory of Martinique, or the entire Republic of São Tomé and Príncipe, were torn down in just 30 days.

According to Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) [Deforestation Alert System] of Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) [Amazon Institute of Man and Environment], accumulated data since January 2021 was also the worst of the ten last years, with 7,715 km² of destroyed forest. In 2012, destruction reached 714 km² of forest, according to Imazon, and for the fifth time this year, in August, deforestation reached the most unfavorable scenario since 2012.

In this context, Pará has been at the top of the ranking among the states promoting the devastation of the Amazon forest since May. In Pará, 638 km² of green areas were destroyed in August alone - this area represents 40% of all devastation registered in the Legal Amazon. In another analogy, it is as if half of the city of Rio de Janeiro had been deforested in a single month.

Larissa Amorim, a forestry engineer and researcher at Imazon, remarks that not only is the volume of devastation frightening, but also the areas where this phenomenon has been spreading reveal a fearful reality to us. "Deforestation, as a whole, is a chronic problem throughout the Legal Amazon. However, the State of Pará has been progressively and negatively projecting itself above others. Besides the ascertainment of August 2021 having been the worst in the last ten years, another worrying fact is that deforestation is also ad-

vancing towards and inward the protected areas of the State", comments Larissa. "All this makes the deforestation process even more aggravating, as we are talking about protected territories, destined for conservation", warns Larissa.

The researcher explains that most of the figures computed in the last survey place Pará as the most critical state in the Legal Amazon, an area that corresponds to nearly 58.9% of the entire Brazilian territory. "Considering data from August 2021, five of the municipalities that deforested the most are located in Pará. Furthermore, most conservation units [with the greatest deforestation records] are also located in Pará - 6 out of 10. And five of the ten indigenous lands that have the highest levels of deforestation are also located in Pará", enumerates Larissa.

Altamira is fourth in the general ranking of deforestation in August in the Amazon, and first place in Pará, with 66 km² of forest areas destroyed in the municipality in that month. In descending order, are São Félix do Xingu and Pacajá, both with 50 km² devastated, in addition to Itaituba (47 km²) and Portel (41 km²). All these municipalities are on a list drawn up by the Ministry of the Environment (MMA), which selects priority municipalities for preventive actions, and deforestation monitoring and control in the Amazon Biome.

"This list is regularly updated and disseminated. Another interesting fact is that, considering all these municipalities encompassed by the list [52 currently], 37% are located in the State of Pará. It is an evidence that a more effective control would be necessary, but unfortunately, some of these municipalities are recurrently appearing in our ranking", warns Larissa Amorim, who hopes that the data collected by means of employed technology and research can be used to reverse these numbers that devastate our state. "It is necessary to implement new public policies to complement those that already exist and guarantee the conservation of these territories, and above all, it is necessary to increase inspection in these areas, and beyond inspection, punishment should ensue, criminalizing the guilty ones, impose embargo on these areas. Unfortunately, this is not happening the way we need it to be", she laments.

More than 7,000 km² of forest have been cleared since January of this year. In 2012, 714 km² of area was destroyed.

BRUNO KELLY / REUTERS

Exploração desordenada fere a Amazônia

Para Paulo Barreto, um dos fundadores do Imazon, o principal problema que afeta a região é a derrubada de mais áreas da floresta para um tipo de produção animal muito mal planejada, que, ao contrário de outras iniciativas agropecuárias, segue priorizando a devastação de enormes novas áreas, em detrimento de uma melhor utilização dos territórios que já foram desmatados. “Os dados mostram que 90% da área desmatada está com pasto. Então, a pecuária ocupa essas áreas, e grande parte desse desmatamento é ilegal. Há uma distorção também que incentiva o desmatamento, que é a chamada grilagem, a ocupação de uma terra pública. Embora já haja muita terra desmatada que é mal usada, que poderia aumentar a produção nessa área, há um incentivo distorcido por política pública que incentiva a pessoa ocupar a terra, desmatar para mostrar que tem posse: mesmo sendo ilegal, a pessoa ocupa”, explica o engenheiro florestal, que acumula mais de 30 anos de pesquisa sobre o tema.

Barreto explica que, atualmente, há ainda um forte sentimento de impunidade entre os desmatadores ilegais: segundo afirma, por conta de uma legislação mais flexível, eles estão cada vez mais ousados nas ocupações em territórios protegidos por lei. “Eles acreditam muito na força da quantidade: se muita gente faz isso ao mesmo tempo, isso cria uma pressão política para eles serem vitoriosos. Então, eles incentivam que muitas pessoas façam ao mesmo tempo. Isso é uma coisa muito bem estruturada, e tem característica de crime organizado mesmo”, pondera Paulo Barreto.

Para o pesquisador, os números registrados pelo Imazon representam um triste retrocesso na política ambiental nacional. E, principalmente, porque o Brasil sabe como enfrentar esse problema de forma efetiva. “De 2005 a 2012, o Brasil reduziu em 83% a taxa do desmatamento. Então, o País já sabe como fazer”, reforça Barreto, que sugere as ações que devem ser tomadas. “Tem de haver fiscalização, criar áreas protegidas, nessas regiões que são terras públicas e os grileiros tentam ocupar, e restringir crédito: não dar crédito para quem está desmatando ilegalmente. Isso funcionou muito bem. Agora, não basta fazer isso uma vez. Tem de haver disciplina ao longo do tempo”, sugere o pesquisador.

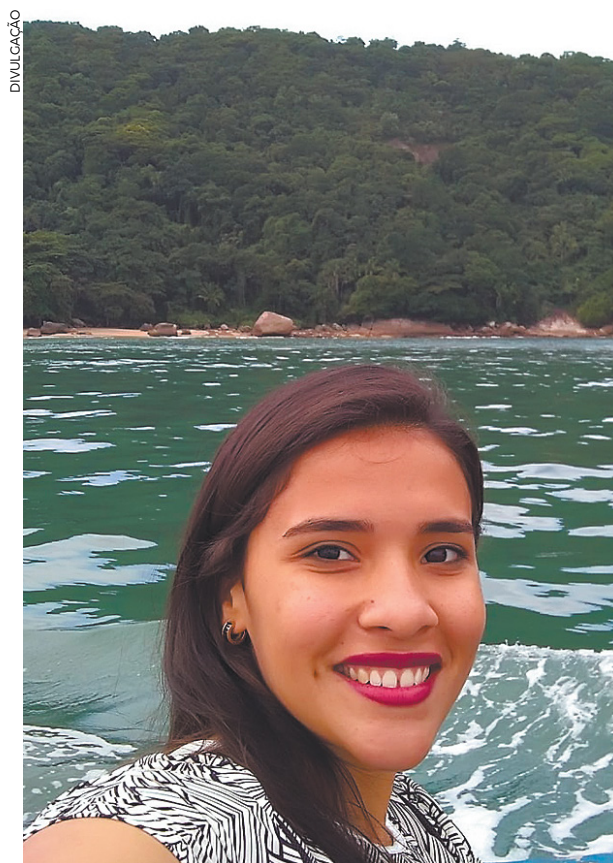
Travando a mesma luta pela redução do desmatamento, a ativista e líder in-



Alessandra Munduruku luta pela redução do desmatamento

Alessandra Munduruku fights to reduce deforestation

Segundo o Imazon, 90% da área desmatada está com pasto e grande parte desse desmatamento é ilegal



A gente anda e vê cada vez mais as fazendas crescendo, os rios cada vez mais sujos, mais invasores em territórios indígenas, que deveriam ser preservados.”

ALESSANDRA MUNDURUKU
Ativista e líder indígena



We walk and see more and more farms growing, the rivers getting dirtier, more invaders in indigenous territories, which should be preserved.”

ALESSANDRA MUNDURUKU
Activist and indigenous leader

dígena Alessandra Korap Munduruku atua em uma frente diferente. Ela vive na aldeia Praia do Índio, território nos limites de Itaituba, o oitavo município com maior índice de desmatamento na Amazônia Legal brasileira. Estando no “olho do furacão”, ela foi incapaz de ficar de braços cruzados frente à destruição do lugar onde mora. Resolveu ir à luta, tornando-se uma das principais vozes na denúncia da exploração ilegal dos recursos naturais do Sudoeste Paraense. Todo esse trabalho trouxe reco-

hecimento: em outubro de 2020, ela recebeu um dos mais importantes prêmios para defensores dos direitos humanos em todo mundo, o Robert F. Kennedy, por conta da defesa do território Munduruku, sobretudo, pelo combate ao desmatamento ilegal por madeireiros e à invasão de terras indígenas por áreas de garimpo.

“Tem esse discurso de que a Amazônia precisa de desenvolvimento, e fazendeiros, sojeiros, barrageiros e mineradores se aproveitam disso para desmatar.

Veja o caso dos territórios indígenas, sendo invadidos pelos garimpeiros, madeireiros, e não há um órgão para tirar”, pondera Alessandra. A liderança Munduruku lamenta a falta de fiscalização. “Nós indígenas que estamos preservando, fazemos nosso papel, mas cabe ao governo fazer sua parte. A gente anda e vê cada vez as fazendas crescendo, os rios cada vez mais sujos, mais invasores em territórios indígenas, que deveriam ser preservados, mas o próprio índio tem de fazer essa proteção”.

Alessandra reforça: o que acontece na Amazônia deve ser encarado como um problema global. “Isso está afetando nossas vidas. Afetando quem vive em São Paulo, quem vive do outro lado do oceano. Não apenas os povos indígenas, mas o planeta todo. E quem está preservando sempre somos nós. Mas nós não desistimos: nós, mulheres e homens Munduruku jamais vamos desistir de lutar e preservar e defender nosso território”.



Disorderly exploration depletes Amazon

Paulo Barreto, one of the founders of Imazon, advocates that the main problem affecting the region is the clearing of more green areas of forest for the purpose of a very poorly planned animal production, which, unlike other agricultural initiatives, continues to prioritize the devastation of other huge areas, instead of de-

veloping better use of territories which have already been deforested. “Data show that 90% of the deforested area corresponds to pasture. So, cattle raising occupies these areas, and a large part of this deforestation is illegal. There is also a distortion that encourages deforestation, called grilagem [land grabbing, occupation of public land]. Besides the existence of a lot of poorly used deforested land, which could increase production in this area, there is a distorted incentive by public policies that encourages people to occupy the land, to deforest in order to show that they effectively possess it. Even though it is illegal, people go for it”, explains the forestry engineer, who has accumulated over thirty years of research on the subject.

Barreto explains that nowadays there is still a strong feeling of impunity among illegal deforesters. He assures that, due to a more flexible legislation in force, deforesters are becoming more audacious in what concerns occupations in territories protected by law. “They really believe in the power of quantity - if a lot of people do ‘it’ at the same time, it creates political pressure for them to reach their goals. This way, they encourage more and more people to do the same at the same time. This is a very well-conducted manoeuvre, with the characteristics of organized crime”, ponders Paulo Barreto.

For the researcher, the numbers registered by Imazon represent a regrettable setback in national environmental policy, mainly, because the government knows how to face this problem effectively. “From 2005 to 2012, deforestation rate in Brazil was reduced by 83%. So, the country already knows how to manage it”, reinforces Barreto, who suggests actions to be taken. “There has to be inspection, creation of protected areas in these territories that are currently ‘public lands’, thus, incentivating the grileiros

[land grabbers] to keep on trying to occupy them, and, restrict credit - stop granting credit to those who are deforesting illegally. This has worked really well before. However, it is not enough to take these actions just once. There has to be discipline over time”, suggests the researcher.

Waging the same fight to reduce deforestation, indigenous activist and leader Alessandra Korap Munduruku acts on a different front. She lives in Praia do Índio village, a territory on the outskirts of Itaituba - the eighth municipality with the highest deforestation rate in the Brazilian Legal Amazon. Being in the “eye of the hurricane”, she was unable to remain idly observing, while destruction was underway. She decided to go out and fight, becoming one of the most vigorous voices in the movement raising concern and denouncing illegal exploitation of natural resources in the Southwest of Pará. All this work brought her, recognition. In October 2020, she received one of the most important awards for human rights defenders worldwide, the Robert F. Kennedy prize, for defending the Munduruku territory and above all, for combating illegal deforestation by loggers and the invasion of indigenous lands for the purpose of by mining practices.

“There is a common discourse that the Amazon needs development, and farmers, soybean growers, dam builders and miners are taking advantage of this to deforest. Take the case of indigenous territories, being invaded by miners, loggers, and there is no official organ, able to remove them”, ponders Alessandra. The Munduruku leadership laments the lack of inspection. “We, indigenous people, are preserving, we play our role, but it is up to the government to do its part. We walk and see the farms growing, the rivers getting dirtier, more invaders entering indigenous territories, which should be preserved, but the Indians themselves have to protect them”.

Alessandra reinforces: what happens in the Amazon must be seen as a global problem. “This is affecting our lives. Affecting those who live in São Paulo, or on the other side of the ocean. Not just indigenous peoples, but the entire planet. And we are always acting towards preservation. But we do not give up: we, Munduruku women and men, will never give up fighting, preserving and defending our territory”.

According to Imazon, 90% of the deforested area is pastureland and most of this deforestation is illegal

DIVULGAÇÃO

O desafio de melhorar índices no Estado que concentra piores números

Com os olhos do mundo voltados para o Estado que ele mora e trabalha, o secretário de Estado de Meio Ambiente do Pará, Mauro O'de Almeida, fala do desafio de administrar as ações contra o desmatamento em um território geográfico com estatísticas tão preocupantes. Ele ressalta que os problemas não são recentes, e várias peculiaridades contribuem para esse cenário. “Na verdade, o Pará já é líder de desmatamento há 15 anos, e tem vários motivos para isso. Mas um dos principais é que o Pará é um laboratório de atividades econômicas que nenhum outro Estado tem. Aqui, temos mineração, pecuária, agricultura, grandes projetos de energia, de transporte - ferrovias e rodovias. Então, nenhum estado da Amazônia Legal tem uma diversidade econômica, social e infraestrutural como essa”, pondera O'de Almeida.

Para o secretário, é impossível falar de desenvolvimento sustentável sem se atentar ao aspecto humano na Amazônia, e a falta de oportunidades de emprego e renda para os moradores da região são fatores que contribuem, e muito, para a exploração desordenada dos recursos naturais. “Precisamos aumentar o índice de desenvolvimento humano do Pará. Só vamos mudar a chave do desmatamento quando fizermos essa transformação social”.

Mauro O'de Almeida faz uma analogia para explicar essa proposta de solução. “Você pode dizer ‘ah, mas já conseguimos fazer a redução do desmatamento’. Sim, a gente consegue se reprimir, mas não consegue manter essa redução. É como a violência urbana: com repressão, você consegue diminuir, mas não consegue manter; vai botar debaixo do debate, e depois, ela explode de novo. Então, só teremos essa transformação quando fizermos transformação social também”.

Como exemplo de boa prática para mudar a realidade do desmatamento, o secretário cita o Plano Estadual Amazônia Agora - plataforma de ação para estabelecer um modelo de desenvolvimento social e econômico, baseado na valorização de ativos ambientais no Pará. O Plano tem como objetivo a preservação da floresta e, ao mesmo tempo, o aumento da eficiência das cadeias produtivas e a melhoria das condições socioambientais no campo. Com um ano em atividade, o plano paraense anunciou uma meta ousada: levar o Pará à neutralidade climática antes de 2036.

O secretário de políticas ambientais do Pará também defende a regularização fundiária como uma das principais ações con-

tra a devastação. “Começamos a fazer a entrega, nesta região que mais desmata, de mais de 400 títulos de regularização fundiária, e também de regularização ambiental. Quando fazemos isso, a gente identifica as pessoas. Isso porque, muitas vezes, o desmatamento acontece e a gente não sabe como foi feito, por quem e para quê. Mas quando a gente faz a regularização fundiária, dá um CPF ou CNPJ para aquela pessoa naquela área, a gente já pode controlar”, diz O'de Almeida.

Mais uma mostra de que o mundo segue cada vez mais atento ao que ocorre na Amazônia foi dada em setembro passado, quando o secretário do Pará esteve no Global Citizen Live, em Nova York, evento internacional, com a participação de artistas, celebridades e líderes mundiais, que teve como meta criar um movimento com propostas para frear as mudanças climáticas. No evento principal - um show no Central Park -, O'de Almeida se comprometeu em trabalhar para a criação de pelo menos três novas áreas protegidas no Pará. E também com a expansão em 25% da área de manejo florestal sustentável no Estado, e em estabelecer planos de mitigação e adaptação das mudanças climáticas, com objetivo de zerar as emissões líquidas antes de 2050.

No começo de outubro, a Secretaria de Meio Ambiente do Pará divulgou que, nas regiões que estão sob administração estadual, a área desmatada foi reduzida de 162,73km² (em setembro do ano passado) para 116,89 km², no mesmo período em 2021. A queda é de 28%. Já nas áreas que são de responsabilidade do governo federal no Pará, o total desmatado em setembro de 2020 foi de 357,20 km², enquanto, no mesmo mês de 2021, a destruição de áreas verdes de floresta acumulou 249,29 km², uma redução de 30%.

“A gente ainda tem uma estrada para percorrer até alcançar o objetivo de estabilização. Mas se a gente não se comprometer com essas iniciativas internacionais, se a gente se isolar, é muito pior para nós. É preciso, primeiro, ter transparência, governança, confiabilidade, credibilidade, e se comprometer. Pois, com isso, a gente traz investimento e melhora a infraestrutura, e pode-se virar a chave”, avalia Mauro O'de Almeida.

**Plano Estadual
Amazônia
Agora tem
como meta
levar o Pará à
neutralidade
climática antes
de 2036**



CHRISTIAN BRAGA / GREENPEACE



WALLACE MARTINS / FUTURA PRESS / AÉ





TARSO SARRAF / O LIBERAL

Mauro O'de Almeida, secretário de Estado de Meio Ambiente do Pará, diz que a falta de oportunidades de emprego e renda contribui para a exploração desordenada dos recursos naturais na região

Mauro O'de Almeida, Pará State Secretary for the Environment, says that the lack of employment and income opportunities contributes to the disorderly exploitation of natural resources in the region



The challenge to improve rates in Pará: state has the worst figures

The world's attention is focused on the state where Mauro O'de Almeida, the Secretary of Environment of Pará state, lives and works. He talks about the challenge to manage actions against the deforestation in a geographic territory which has alarming rates. He highlights that those problems are not new and are caused by many peculiarities. "In fact, Pará state has been the first in the deforestation ranking for 15 years, and there are many reasons for that. One of the major ones is the fact that Pará is a laboratory of economic activities like no other state. There is mining, livestock and agriculture practices, large electricity projects, also transportation projects, railroads, highways. So, no other state in the Legal Amazon has that economic, social and infrastructure diversity," reflects O'de Almeida.

For the secretary, it is impossible to talk about sustainability growth without considering the human aspect related to the Amazon. The lack of job opportunities and low income faced by the local people are factors which really contribute to the unplanned exploitation of the natural resources, "We need to increase the level of HDI (Human Development Index) in Pará. We will only be able to change the deforestation reality if we promote that social changing."

Mauro O'de Almeida draws an analogy to explain that solution proposal. "One could argue 'oh, but we have already managed to get deforestation at lower levels'. Indeed, we can

reduce it, but we cannot keep it reducing. It is like the urban violence: when there is repression, it decreases. However, it cannot be kept low; it comes to debate, then, it rockets again. In order to have a real change, we also need a social transformation."

One of the good examples to change the reality of deforestation mentioned by the secretary is the Plano Estadual Amazônia Agora [State Plan Amazon Now] - a platform designed to be a model of economic and social development, based on valuing environmental assets in Pará. The plan aims to preserve the forest while it improves the production chains efficiency and also the enhancement of social conditions in the rural

area. Within a year, the state plan released a bold goal: Bringing Pará state to the climate neutrality before 2036.

The secretary of environmental policy of Pará also agrees that formalizing the title deeds is one of the main actions against devastation, "We started to deliver more than 400 land titles and environmental papers, here - one of the worst regions regarding deforestation rates. When we do that, we manage to identify people. Because many times we don't know how, by whom nor what for the deforestation was done. But when we provide the title deeds, CPF or CNPJ [Brazilian documents for natural and juridical person] for that person in that region, we can monitor them.", says O'de Almeida.

Another evidence that the world is aware about what is happening in the Amazon was shown last September, when the Secretary of Pará was in the Global Citizen Live, in New York, an international event, attended by artists, celebrities and global leaders. Its goal was to create a movement to discuss ideas to prevent the climate changings. In the main event - a concert at Central Park - O'de Almeida committed to put efforts on creating at least three new environmental preservation areas in Pará; expanding in 25% the sustainable forest management in the state; and setting up adaptation plans to global warming, aiming to eradicate the liquid emissions before 2050.

In the beginning of October, the Environment office of Pará disclosed that, in the regions under the state administration, the deforestation area reduced from 162,73 km² (last September) to 116,89 km², in the same period in 2021, a 28% drop. In the areas under the federal government administration, the total amount of deforestation last September was equivalent to 357,20 km², while during the same month in 2021, the forest green area destruction summed up 249,29 km², a reduction by 30%.

"We still have a long way to go until we comply with the purpose of stabilization, but if we don't commit to those international initiatives, if we isolate ourselves, it is much worse for us. First, it is necessary to have transparency, governance, reliability, credibility and commitment. Thus, we attract investments and improve the infrastructure and can make a difference.", analyzes O'de Almeida.

Amazônia Agora State Plan aims to take Pará to climate neutrality before 2036



CHRISTIAN BRAGA / GREENPEACE

PARÁ: FRONTEIRA CRÍTICA DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Dados do Sistema de Alerta de Desmatamento Agosto de 2021 (IMAZON), mostram como o Pará sempre se destaca nos cenários mais críticos de avanço contra a floresta na Amazônia Legal Brasileira (estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Acre, Tocantins, Mato Grosso e parte significativa do Maranhão).

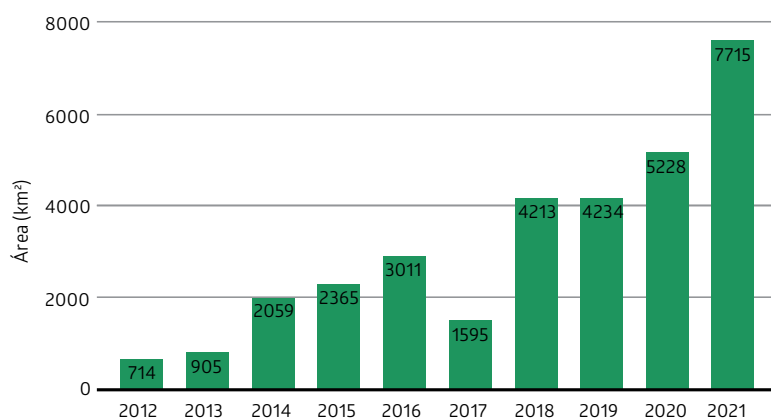
FONTE:IMAZON

PARÁ: CRITICAL FRONTIER OF DEFORESTATION IN THE AMAZON RAINFOREST

Data from Deforestation Alert System August 2021 (IMAZON), show how Pará always features the most critical scenarios going against the forest in the Brazilian Legal Amazon (states of Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Acre, Tocantins, Mato Grosso and a large part of Maranhão).

FONTE:IMAZON

Histórico do acumulado anual de janeiro a agosto - SAD
(Historical annual cumulative from January to August - SAD)



Parceria Institucional

A produção do Liberal Amazon é uma das iniciativas do Acordo de Cooperação Técnica entre o Grupo Liberal e a Universidade Federal do Pará. As reportagens que envolvem pesquisas e estudiosos da UFPA são revisadas por profissionais da academia. A tradução do conteúdo é também realizada pelo acordo, através do projeto de pesquisa ET-Multi: Estudos da Tradução: multifaces e multimesmoseis.

Institutional Partnership

The production of Liberal Amazon is one of the initiatives of the Technical Cooperation Agreement between the Liberal Group and the Federal University of Pará. The articles involving research from UFPA are revised by professionals from the academy. The translation of the content is also provided by the agreement, through the research project ET-Multi: Translation Studies: multifaces and multimesmoseis.

CONTEÚDO MULTIMÍDIA

Use um leitor de QR Code para acessar o conteúdo multimídia com vídeo, imagens e podcast.

MULTIMEDIA CONTENT

Use a QR Code reader to access the multimedia content with video, images, and podcast.

